
COVID-19 EM UMA PERSPECTIVA SOCIOLÓGICA CONTEMPORÂNEA: OS CONCEITOS DE AGÊNCIA HUMANA E NÃO HUMANA, SEGURANÇA ONTOLÓGICA E SOCIEDADE DE RISCO

COVID-19 IN A CONTEMPORARY SOCIOLOGICAL PERSPECTIVE:
THE CONCEPTS OF HUMAN AND NON-HUMAN AGENCY, ONTOLOGICAL
SECURITY AND RISK SOCIETY

COVID-19 EN UNA PERSPECTIVA SOCIOLÓGICA CONTEMPORÂNEA:
LOS CONCEPTOS DE AGÊNCIA HUMANA COVID-19 NO HUMANA, SEGURIDAD
ONTOLÓGICA COVID-19 SOCIEDAD DEL RIESGO

Alysson Hubner¹

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar o risco do COVID-19 a partir da teoria sociológica contemporânea, destacando-se a sociedade de risco, a segurança ontológica e os agentes humanos e não humanos. A metodologia consistiu em uma revisão bibliográfica, bem como em sites da internet para elencar elementos relativos aos dados na primeira parte e partimos dos conceitos de *authorization* e *authoritative* para entender os diferentes tipos de poder na política e na ciência. Na segunda parte, observamos as especificidades da sociedade do risco no caso do COVID-19. Na terceira parte, utilizamos os conceitos de insegurança, não humanos e segurança ontológica. Na quarta e última parte, problematizamos os meios de comunicação nessa conjuntura, mostrando como a própria dinâmica da agência do vírus em si mesma cria um problema coletivo. Como parte da conclusão, observa-se como o *approach* dos meios de comunicação é realizado, gerando o abalo da segurança ontológica na sociedade, mas de maneira ambivalente, podendo gerar segurança na sociedade, mas podendo implicar no aumento da taxa de suicídios.

Palavras-Chave: Agência; Sociedade de Risco; Insegurança; Segurança Ontológica.

Abstract

This article aims to analyze the risk of COVID-19 from contemporary sociological theory, highlighting the risk society, the ontological security and the human and non-human agents.

¹ Professor do Instituto Federal Sul-Rio-Grandense (IFSUL), Campus Sapucaia do Sul. Mestre em Sociologia Política (UFSC) e Doutor em Sociologia (UFPB).

The methodology consisted of a bibliographical review, as well as internet sites to list elements related to the data. In the first part we started from the concepts of “authorization” and “authoritative” to understand the different types of power in politics and science. In the second part we look at the specificities of the risk society in the case of COVID-19. In the third part we use the concepts of insecurity, non-human and ontological security. In the fourth and last part we problematize the media at this juncture, showing how the dynamics of the virus agency itself creates a collective problem. As part of the conclusion, it is observed how the approach of the means of communication are carried out, generating the shaking of ontological security in society, but in an ambivalent way, which can generate security in society, but which may imply in an increase in the rate of suicides.

Keywords: Agency; Risk Society; Insecurity; Ontological Security.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar el riesgo del COVID-19 a partir de la teoría sociológica contemporánea, entre los que podemos destacar la sociedad del riesgo, la seguridad ontológica COVID-19 los agentes humanos COVID-19 nos humanos. La metodología consistió en una revisión bibliográfica, así como sitios de internet para enumerar elementos relacionados con los datos en la primera parte, partimos de los conceptos de autorización COVID-19 autoritativa para comprender los diferentes tipos de poder en la política COVID-19 la ciencia. En la segunda parte analizamos las especificidades de la sociedad del riesgo en el caso del COVID-19. En la tercera parte utilizamos los conceptos de inseguridad, seguridad no humana COVID-19 ontológica. En la cuarta COVID-19 última parte, problematizamos los medios de comunicación en esta coyuntura, mostrando cómo la dinámica de la propia agência de virus crea un problema colectivo. Como parte de la conclusión, se observa cómo se lleva a cabo el desarrollo de los medios de comunicación, generando el temblor de la seguridad ontológica en la sociedad, pero de manera ambivalente, lo que puede generar seguridad en la sociedad, pero que puede implicar un aumento de la tasa de suicidios.

Palabras clave: agência, sociedad del riesgo, inseguridad, seguridad ontológica.

INTRODUÇÃO

O COVID-19 transformou a sociedade em vários sentidos, produzindo um novo modelo de política, de economia, de cultura, de ciência, enfim, gerou uma reestruturação coletiva que produziu novas práticas sociais e novos saberes, em uma heterogeneidade e complexidade social relativamente peculiar. O artigo está estruturado em quatro partes que estão correlacionadas.

Na primeira, inicia mostrando como existem multidimensionalidades a serem analisadas, mas não aprofunda ainda todas essas novas situações, fazendo apenas um discernimento entre duas formas de poder: *authorization* e *authoritative* (BROWN, 2009). Também são utilizados os conceitos de “categorias zumbis” (Beck, 1998b) e de “dupla hermenêutica” (GIDDENS, 1991) para compreender esta situação nova, que se coloca como um desafio para a sociologia contemporânea.

A segunda parte aborda as especificidades da sociedade de risco (BECK, 1998), evidenciando quais elementos permanecem e quais são modificados com a situação do COVID-19, em que, por exemplo, medidas preventivas, como o *lockdown*, passaram a criar situações de controvérsias na sociedade de uma maneira mais ampla, seja ela na política, na economia ou mesmo na sociedade civil de um modo geral.

Na terceira parte, instrumentalizamos os conceitos de insegurança (BAUMAN, 2000, 2001; BECK, 1998; GIDDENS, 1991), não humanos (LATOUR, 2008) e segurança ontológica (GIDDENS, 1991), com o intuito de mostrar de que forma, em uma sociedade denominada de “modernidade líquida”, os não humanos possuem agência, sendo capazes de produzir associações complexas, em redes sociotécnicas (LATOUR, 2008). A segurança ontológica dos indivíduos passa a ser abalada com a situação do COVID-19, podendo ser resgatada através dos sistemas peritos, da *expertise*.

A quarta e última parte aborda os meios de comunicação, que são caracterizados por determinadas ambivalências, dentre as quais pode-se destacar a informação para poder lidar melhor com as medidas preventivas com relação ao COVID-19, no intuito de proteger melhor a sociedade civil desse risco, mas que pode estar contribuindo, de alguma forma, para a taxa de suicídios (DURKHEIM, 2000) proveniente do isolamento social e da exacerbação da tragédia, a partir de um determinado recorte jornalístico em que a inferência indutiva permite somente observar os óbitos decorrentes do COVID-19.

MODERNIDADE MULTIDIMENSIONAL, *AUTHORIZATION* E *AUTHORITATIVE*

A situação do COVID-19 gerou problemas multidimensionais: de saúde, de economia, de política, de insegurança, dos meios de comunicação, das ambivalências científicas, dentre outras. Essa perspectiva vai ao encontro do que Giddens (1991) afirma sobre a análise da modernidade, uma vez que esta precisa ser analisada em seus aspectos multidimensionais, que são o capitalismo, o industrialismo, a burocratização, os sistemas

peritos, as fichas simbólicas, a confiança, a dupla hermenêutica, todos elementos propulsores para o entendimento das consequências da modernidade, além de outros que serão, por sua vez, instrumentalizados e percorridos no decorrer do artigo. Até o dia 14/08/2020, de acordo com o Ministério da Saúde, foram registrados 3.275.520 casos, com 2.384.302 casos de recuperação e 106.523 mil pessoas vindo a óbito, o que equivale a uma taxa de mortalidade de 3.3% (2020, Saúde). Diante desse problema, existem diferentes formas de poder para enfrentar essa situação, duas delas relativas à política e à economia. Desse modo, conforme observado anteriormente, existem diferentes mecanismos de poder referentes à ciência e à política:

Political theorist distinguish between authorization and the authoritative. It is one thing to be in authority by virtue of having been authorized to hold an office of some kind. It is something else to be an authority and to have an authoritative opinion on a particular topic by virtue of knowledge or experience (BROWN, 2009, p. 207).

No primeiro caso, em que impera *authorization*, o modelo de poder que se estabelece na dinâmica social consiste naquele que está vinculado à política. Já o *authoritative* está associado à ciência, à denominada *expertise*. O poder político se estabelece nos parâmetros de um processo no qual o indivíduo com esse poder passa a exercê-lo de diferentes formas, como no caso das sociedades onde impera um modelo democrático, pois isso passa pelas regras do jogo, que são premissas básicas da democracia, conforme Bobbio (1999), e as quais estabelecem quem está autorizado a tomar as decisões coletivas e quais os procedimentos a serem tomados para toda uma determinada sociedade. Já o poder científico também pode ter passado (e geralmente passa) por um processo burocrático (a fim de garantir maior legitimidade), como no caso de cientistas que se estabelecem em determinadas instituições de pesquisa, das mais variadas, dentre as quais destacamos as pesquisas sobre coronavírus, e que ocupam um determinado cargo através de concursos públicos. Assim, existem especificidades e dessemelhanças entre esses modelos de poder. Entretanto, eles podem estar vinculados. O caso do COVID-19 mostra na prática isso, pois presidentes de repúblicas, instituídos de *authorization*, tomam suas decisões através de especialistas, de cientistas, que foram designados a determinados cargos para ajudar na tomada de decisão, sendo que esses especialistas estão imbuídos de *authoritative*, cujo conhecimento vinculado à *expertise* impera. Na prática, depende do contexto social este entrelaçamento, podendo ele convergir e divergir, pois chefes de

estado passaram a adotar as medidas preventivas preconizadas pela Organização Mundial da Saúde, enquanto outros repudiaram esse conhecimento, inclusive destituindo dos cargos indivíduos cuja *expertise* se posicionava contrária ao alinhamento político.

Vale lembrar que a teoria sociológica clássica tem sua importância. Todavia, ela precisa ser tomada com certa cautela, pois muitos aspectos mudaram na atual sociedade em relação àquela descrita pelos clássicos da sociologia a mais de 100 anos atrás. Desse modo, existem continuidades e descontinuidades. Faz-se necessária uma seleção do que pode ser utilizado e do que não pode ser utilizado. Quando usamos categorias e conceitos que não têm respaldo empírico, que não podem ser aplicados porque existem apenas na teoria e não são encontrados na prática, estamos diante do que Beck (1998b) denomina de “categorias zumbis”. Estas são categorias mortas-vivas, que foram retiradas de um determinado contexto histórico, mas que não se aplicam mais às novas especificidades sociais. Como alguns exemplos, podemos citar a questão dos não humanos em Latour (2008) e da sociedade de risco em Beck (1998), que serão utilizadas e analisadas mais tarde no decorrer do artigo.

Outro conceito em que convergem as “categorias zumbis” e que permite compreender a nova sociedade é a dupla hermenêutica analisada por Giddens (1991). A dupla hermenêutica consiste em interpretações de várias ordens. Uma delas é a dos cientistas que analisam a sociedade inferindo determinadas proposições, conjecturas, conceitos etc. Essas interpretações dos cientistas são interpretadas pelos não cientistas, como no caso da sociedade civil. Quando a sociedade civil, que foi analisada em um primeiro momento, realiza esta interpretação da interpretação, ela passa a modificar-se e seu comportamento individual e social muda. Isso significa que as ciências humanas, ou a sociologia no caso, muda o seu objeto de estudo ao estudá-lo. Essa seria uma especificidade da relação do pesquisador com o seu objeto de estudo. A grande questão é que, se a sociedade se transforma pelo fato da ciência ter realizado uma determinada interpretação outrora, faz-se necessário aos cientistas sociais, aos sociólogos, ressignificar seus conceitos clássicos, criando novas categorias e conceitos analíticos para captar essa nova realidade, a fim de não perpetuar o que anteriormente denominamos de “categorias zumbis”. Assim, a reflexão da dupla hermenêutica permite uma autocrítica madura, tornando possíveis novas considerações sociológicas, mas, evidentemente, mantendo as continuidades verificadas da primeira e da segunda modernidade. A seguir, as

especificidades da sociedade do risco, analisadas na interface com o COVID-19, permitem uma primeira aproximação das novas especificidades da sociedade.

SOCIEDADE DE RISCO E COVID-19

Em uma perspectiva macrossocial, torna-se possível inserir a problemática do COVID-19 nos parâmetros do que Beck (1998, 1998b) denomina de sociedade de risco. O COVID-19 é um risco que possui várias características. Uma delas é a de não realizar distinção de classes sociais, no sentido economicista, nos parâmetros do paradigma marxiano ou marxista. Isso ocorre porque o vírus possui a suscetibilidade de levar ao óbito a classe burguesa e operária, assim como não faz distinção de cor de pele, etnia, gênero, idade, etc. Evidentemente, isso pode ser corroborado por uma perspectiva geral ou genérica. Todavia, existem especificidades que precisam ser consideradas quando tratamos do risco do COVID-19. Uma delas é sobre as classes sociais no sentido econômico. Como exemplo, no Brasil mais especificamente, a gênese desse problema afetou inicialmente as classes mais altas, a denominada elite, uma vez que o risco é global e a tal globalização na disseminação do vírus foi, em grande medida, provocada ou disseminada por indivíduos que transitavam em portos e aeroportos.

Nesse sentido, as classes mais privilegiadas estavam mais vulneráveis e as classes mais pobres mais protegidas. Com o decorrer da doença, essa dinâmica inverteu-se, uma vez que medidas mais restritivas foram sugeridas e muitas foram adotadas na perspectiva do *lockdown*, que consiste em um isolamento mais severo por parte da sociedade para evitar a disseminação do vírus. Vale lembrar que, posteriormente, conforme dados do governo federal (2020, Saúde), em agosto de 2020 a morte de indivíduos no Brasil ultrapassou a marca mórbida de 100 mil mortes.

Esta relativa democratização dos riscos, conforme Beck (1998), disseminou o vírus para outras classes e grupos sociais que antes estavam imunes ao risco. Inclusive, a relação inverteu-se, pois na situação de pandemia, na qual o *lockdown* é indicado como alternativa para tentar se proteger do vírus, o *lockdown* não passa de uma ficção, uma vez que esses indivíduos em situação de precariedade social extrema não possuem outra escolha que não seja a de continuar trabalhando, pois suas necessidades mais prementes são aquelas relativas à subsistência. Assim, um grupo considera que "...valores como cuidado e solidariedade com aqueles que mais são prejudicados com esta situação: os

pobres e os trabalhadores que dependem da venda de sua força de trabalho” (SOUZA, 2020, p. 15). Essa perspectiva é corroborada por vários noticiários vinculados junto aos meios de comunicação. Porém, vale lembrar que as divergências sempre ocorrem uma vez que “a simples pressuposição entre alguns de que o vírus é fatal para determinados grupos de pessoas já basta para explicar por que os indivíduos deveriam ter sido deixados livres para organizar respostas por conta própria” (MISES, 2020). Pode-se observar uma controvérsia sob vários aspectos. Um deles é a autoridade substancial e a autoridade substantiva: “For convenience one might refer to authority of an office holder as *procedural authority* and that of an expert as *substantive authority*” (BROWN, 2009, p. 207). Essa distinção faz com que, em meio às ambivalências da modernidade, conforme Bauman (1999), existentes nos diferentes discursos já apontados aqui como exemplos, dentre vários outros existentes, dificulte-se a tomada de decisão. Todavia, vale lembrar o vínculo entre estes: “But like politics and science, procedural and substantive authority often become intertwined” (BROWN, 2009, p. 207). Assim, o entrelaçamento existente entre política e ciência vai ao encontro dos híbridos, analisados por Latour (2008).

Para citar um exemplo empírico, essa controvérsia e questionamento acerca do *lockdown* pode ser relativizada, pois os mesmos sujeitos que são contrários e favoráveis discutem os meios para enfrentar o problema, não necessariamente o fim, uma vez que convergem para o fim, que é resolver os problemas provenientes do coronavírus. Embora não haja uma pesquisa que confirme efetivamente como surgiu o COVID-19 (existem hipóteses e especulações) ou as classes que criaram o vírus, torna-se possível utilizar a noção de efeito bumerangue de Beck (1998), que consiste em observar que aqueles que geraram determinados problemas jogam estes para a sociedade, para outras classes sociais, mas, posteriormente, também são afetados pelos próprios riscos que geraram. Nesse sentido, fica possível fazer uma analogia em relação aos grupos que disseminaram o vírus na sociedade globalizada, sendo em grande medida provocado através dos aeroportos. Posteriormente, foi disseminado para outras classes sociais e essas classes sociais hoje representam mais um elemento de contágio, analogamente ao movimento do bumerangue que vai e volta. Podemos inferir que, embora existam especificidades do COVID-19 no que diz respeito à maneira como as classes sociais são afetadas por ele, todas as classes são afetadas, obedecendo diferentes circunstâncias e especificidades,

mas todas são afetadas de diferentes modos, o que corrobora para a complexidade da sociedade de risco.

INSEGURANÇA, NÃO HUMANOS E SEGURANÇA ONTOLÓGICA

A insegurança é uma característica amplamente analisada nas obras de Bauman (2000, 2001). Esta é proveniente, de acordo com o sociólogo, da dicotomia entre segurança e liberdade, que, segundo o autor, parafraseando Freud, elas seriam antagônicas, de tal sorte que a modernidade sólida é caracterizada pela segurança, enquanto a modernidade líquida é caracterizada pela insegurança em vista da exacerbação da busca pela liberdade. Essa característica vai ao encontro do que Beck (1998a; 1998b) analisa sobre os riscos, pois tanto para Bauman (2000, 2001) quanto para Beck (1998a), os medos enfrentados pela sociedade possuem a característica de serem invisíveis, o que se encaixa perfeitamente no caso do COVID-19, dificultando o seu enfrentamento, assim como podendo aumentar a insegurança coletiva, que é exatamente o medo.

Esses medos, pelo fato de serem invisíveis, são atores não humanos. Os não humanos, de acordo com Latour (2008), possuem agência, o que significa que eles possuem a capacidade de mobilizar outros atores na rede, o que o autor denomina de redes sociotécnicas, constituída por atores humanos e não humanos. Podemos citar como alguns exemplos de atores não humanos os vírus, o COVID-19, bem como as demais doenças que estão presentes na sociedade. Já os atores humanos podem ser considerados aqueles que são afetados pelo corona, vindo a óbito ou não, assim como as instituições que procuram estabelecer medidas preventivas, de combate e de cura para o COVID-19, tais como a Organização Mundial da Saúde na esfera internacional, os Ministérios da Saúde na dimensão Nacional, e os Hospitais na perspectiva regional e local. Cabe salientar, nesta complexa rede formada, a denominada *expertise*. Estes são os denominados sistemas peritos que Giddens (1991) analisa. Quem fala sobre os não humanos? Quem é o porta-voz dos não humanos? Essa questão é problematizada por Latour (2008).

Nas situações de risco (BECK, 1998, GIDDENS, 1991; 2002b; 2002b), que geram o sentimento de insegurança na sociedade de risco (BECK, 1998; 1998b), na alta modernidade (GIDDENS, 1991) e na modernidade líquida (BAUMAN, 2001), a consequência é o que Giddens (2002a) denomina de segurança ontológica. A segurança ontológica é um casulo protetor que os agentes adquirem na sociedade através da rotina,

que permite a vida. As situações de risco social, bem como de medo que ele desencadeia, implicam no abalo da segurança ontológica. Isso faz com que as pessoas deixem de fazer coisas que faziam anteriormente sem questionar o porquê, através da rotina, passando a se questionar sobre coisas (muitas vezes triviais) que não se perguntavam anteriormente.

No caso do COVID-19, práticas sociais corriqueiras que eram realizadas através da rotina, como no caso de ir e voltar do trabalho, fazer compras, dentre outras, passaram a ser interrompidas, desconectando os indivíduos de interações face-a-face, permitindo somente relações através de tecnologias que estabelecem o isolamento social, mas que procuram de alguma forma conectar virtualmente os indivíduos. Isso se encaixa no que Giddens (1991) denomina de relação ausência-presença, pois os agentes estão ausentes fisicamente de um local específico, mas estão presentes de maneira tecnológica em locais que estão ausentes.

Ainda sobre a *expertise* e os sistemas peritos tratados anteriormente, cabe salientar a noção de campo científico em Bourdieu (2004). Esse campo possui especificidades, cuja lógica de distribuição de poderes obedece a uma dinâmica de classificação. Isso não significa que não haja uma justaposição entre os campos, uma vez que o campo científico está associado ao campo econômico e político, por exemplo. Podemos citar como exemplo o amplo debate acerca da problematização estabelecida a partir do COVID-19 em relação a determinados discursos, considerando uma dicotomia antagônica em termos de saúde e economia, uma vez que o fechamento do comércio de maneira mais severa podia salvar vidas humanas, embora tivesse como consequência um desastre econômico:

Entidades empresariais com atuação em Porto Alegre buscam fechar uma posição única a respeito de um possível lockdown, admitido pelo prefeito Nelson Marchezan Júnior, e alternativas à medida. São 14 siglas, de lojistas a restaurantes. "Lockdown seria desastroso. Fecha tudo", reage presidente do Sindilojas de Porto Alegre, Paulo Kruse, que define o momento como "o mais dramático da pandemia na Capital (COMUNELLO, 2020).

Os campos são relativamente autônomos, conforme Bourdieu (2007). Entretanto, o campo político interfere sobremaneira nos demais campos, como foi, foram e ainda é, o caso da cloroquina e do *lockdown*. Sobre a politização da ciência, podemos observar que "Issues like these remain controversial not because science has been politicized, but because they involve ongoing conflicts over basic values and interests". (BROWN, 2009, p. 2-3). Os valores e interesses inseridos nas controvérsias científicas podem estar vinculados a *lobby*, a grupos de interesse, a movimentos sociais, dentre outros. Mesmo uma

comunidade científica convergindo majoritariamente para uma determinada perspectiva, que no caso citado seria uma condenação à cloroquina e à sugestão do *lockdown* em determinadas situações, o campo político acaba muitas vezes divergindo dessas proposições científicas. Isso não significa que sempre ela venha a divergir, pois vários países e políticos estabeleceram medidas que convergiram às proposições e inferências científicas. Isso vale para o campo econômico, que muitas vezes diverge devido a determinados interesses, indo de encontro ao campo científico, passando a estabelecer mais uma tensão nessa rede do COVID-19. Entretanto, faz-se necessário considerar que também não são todos os atores que detêm o protagonismo econômico que divergem, pois muito convergem e passam a estabelecer as medidas preventivas de combate ao COVID-19.

MEIOS DE COMUNICAÇÃO E O COVID-19

Os meios de comunicação também possuem uma característica ambivalente diante do risco do COVID-19. Como se sabe, os meios de comunicação são compreendidos como uma espécie de filtro, de lente, através da qual a sociedade civil passa a obter informações das mais variadas espécies, sendo que, nesta situação de pandemia, ela acabou aumentando significativamente a cobertura sobre o risco do corona, informando sobre essa enfermidade. Uma discussão relativamente clássica na sociologia (e não somente nela) é sobre como essas comunicações são realizadas. Na situação da Bovine Spongiform Encefalopatia (BSE), conhecida popularmente como a vaca louca, isso também ocorreu. Giddens (2002b) mostra que os meios de comunicação foram criticados sistematicamente pelo fato de fazer uma comunicação sobre o risco, que estaria em descompasso com o real problema, o que é notoriamente conhecido como sensacionalismo. Entretanto, o autor indaga se não foi o próprio sensacionalismo que permitiu que a vaca louca se disseminasse e provocasse um problema maior ainda. No caso da influenza aviária, popularmente conhecida como gripe aviária, isso também ocorreu. Hubner (2007; 2014) problematiza essa mesma questão no Brasil, em interface com o estudo britânico da BSE. Existia uma expectativa de mortalidade extremamente elevada pelo vírus H5N1, que surgiu no ano de 2005, e que foi vinculada junto aos meios de comunicação, os quais estabeleceram um paralelo com a gripe espanhola que, na década de 40 do século passado, levou ao óbito aproximadamente 40 milhões de pessoas ao redor do mundo.

Assim, a pandemia espanhola gerou uma expectativa de uma pandemia da gripe aviária. Entretanto, essa pandemia da influenza aviária (gripe aviária) não ocorreu, levando ao óbito um número de pessoas considerado pequeno, estando muito longe de poder ser caracterizada como uma pandemia.

Os meios de comunicação, na situação pós-influenza aviária, formam acusados sistematicamente de terrorismo desnecessário (situação que também ocorreu na própria situação em que a influenza aviária estava ocorrendo), pois as exportações das carnes de frango no Brasil diminuíram significativamente, baixando a arrecadação de impostos, bem como ameaçando os trabalhadores dessas agroindústrias de desemprego. Mas a questão é a seguinte: por que não ocorreu uma pandemia na Influenza Aviária? Foi algo natural? Foram aplicadas medidas preventivas? Não foi justamente o sensacionalismo ou terrorismo provocado pelos meios de comunicação que tiveram como consequência uma mudança de comportamento social para que esse risco não se espalhasse e se tornasse uma pandemia, provocando um problema coletivo ainda maior? Como se sabe, o vírus da AIDS, no Brasil, tornou-se um problema grave nas décadas de 80 e 90 do século passado. Um sensacionalismo, um terrorismo discursivo, junto a políticas públicas de saúde foram realizadas. Tais sensacionalismos muitas vezes em descompasso com a “realidade”. O resultado foi que o vírus da AIDS (ver reportagens) retrocedeu, passando a ser relativamente controlado. Essa informação passou a circular junto aos meios de comunicação, que não fizeram mais sensacionalismo e passaram a tratá-lo de forma mais clara e objetiva, mostrando dados.

Como consequência, a sociedade civil brasileira começou a estabelecer relações sexuais sem o uso de preservativos, o que acabou gerando novamente um problema de saúde pública, que *a priori* estava relativamente sanado, mas que *a posteriori* passou a se tornar um problema social grave. Podemos inferir que tratar dos meios de comunicação é algo complexo, cuja abordagem é importante. Casos de suicídios também aumentaram devido ao problema do COVID-19, seja pela própria prática da quarentena, do desemprego, do medo de morrer diretamente por causa da doença, e assim por diante. Um dos grupos mais afetados pelas mortes de COVID-19 são os profissionais da saúde. Conforme notícia vinculada juntos aos meios de comunicação:

O médico Lucas Pires Augusto, que estava contaminado com COVID-19, fez um post emocionante em uma rede social antes de ser encaminhado para a Unidade de Terapia Intensiva (UTI). Pai de duas crianças, ele não resistiu e morreu pela

doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2) no sábado (8), no Hospital Maringá, na região norte do Paraná (JUSTI, 2020).

A sequência da reportagem mostra a última postagem do médico, que disse: "Peguei essa doença fazendo o que amo, cuidando dos meus pacientes com amor e dedicação. Faria tudo outra vez". Várias inferências podem ser realizadas a partir disso. Uma delas é no tocante a uma espécie de suicídio cometido pelo médico. Conforme Durkheim (2000), existe uma forma de suicídio denominada de suicídio altruísta, em que os indivíduos morrem pela sociedade. Vários exemplos na história servem para demonstrar isso, como o caso dos kamikasis japoneses na segunda guerra mundial, assim como os homens-bomba no Oriente Médio, bem como em outros locais do mundo.

Esses casos de suicídio vinculados a situações de pandemias podem ser observados inclusive no próprio caso da situação do COVID-19, pois no ano de 2020 o Ministério da Saúde, juntamente com a FioCruz, divulgou um estudo importante sobre a correlação existente entre o COVID-19 e a possibilidade do aumento da taxa de suicídios:

O contexto da pandemia COVID-19 associado ao isolamento... Este cenário tende a suscitar ou agravar o sofrimento e conseqüentemente os problemas de saúde mental, em especial a depressão e ansiedade, aumentando o risco do comportamento suicida (GREFT et al., 2020, p. 3).

As explicações mais plausíveis estão relacionadas ao medo de perder o emprego, dentre outros fatores. Outra questão importante a salientar diz respeito ao público que se torna mais vulnerável, que são exatamente as crianças e adolescentes. Sobre a questão do isolamento social, podemos correlacionar esse tipo de suicídio, aquele classificado por Durkheim (2000), como suicídio egoísta, que consiste na falta de valores como unidades de referência, onde o sujeito fica extremamente isolado e, nesse caso do COVID-19, acaba ficando isolado como uma alternativa de sobrevivência, mas pode ter como efeito colateral, em casos extremos, o ato de morte voluntário.

Outro tipo de suicídio, tipificado por Durkheim (2000), consiste no suicídio anômico, caracterizado pela falta de referências, mas principalmente por situações nas quais os valores sociais mudam significativamente, drasticamente, estabelecendo um novo modelo, um novo padrão valorativo e ético, um *modus operandi* peculiar, no qual vários indivíduos, ao se adaptarem ao novo sistema, acabam não suportando e vindo a cometer esse tipo de suicídio. Uma questão intrigante é: e os meios de comunicação? Qual o seu papel? Considerando que a tragédia, o sangue, o terror, os crimes hediondos, dentre outras

atrocidades consideradas as mais extremas possíveis, constituem aquelas que ganham notoriedade, espaço, assim como são capa dos jornais, revistas e sites espalhados pelo mundo.

Difícilmente uma notícia de superação com relação ao corona ganha destaque, aparecendo apenas como uma nota de rodapé. Se a maior parte das pessoas que contraíram o vírus, está provado estatisticamente, sobreviveram ao vírus, por que existe uma inversão do espaço midiático com relação ao recorte das notícias? Porque as notícias negativas ganham maior espaço em detrimento das notícias positivas. É claro que não é possível correlacionar de maneira contundente (provando) que os suicídios são cometidos tendo em vista as notícias vinculadas junto aos meios de comunicação. Agora, desconsiderar que os meios de comunicação podem estar influenciando, de maneira negativa, no aumento da taxa de suicídio, constitui uma hipótese que não pode ser descartada nesta explicação. Somente o tempo e pesquisas empíricas, com dados, entrevistas, dentre outros instrumentos disponíveis e a serem construídos, poderão dizer, no futuro, se existe uma correlação entre essas variáveis. Portanto, uma discussão séria, madura, assim como responsável, necessita ser realizada nesta discussão dos meios de comunicação em meio ao risco do COVID-19.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tornou-se possível analisar de uma forma mais clara e, ao mesmo tempo, mais complexa, o problema do COVID-19 sob a ótica da teoria sociológica. Vários conceitos foram instrumentalizados para esse fim. Com Brown (2009), foi possível observar diferentes modelos de poder, um estando vinculado à política e o outro à ciência, sendo que estes acabam dialogando sistematicamente. Essa questão vai ao encontro do que Latour (2008) observou sobre os híbridos. Mas, ainda sobre Latour (2008), foi possível compreender a agência em atores não humanos que, na sociedade de risco em Beck (1998), reestruturam a sociedade de maneira peculiar. Os sistemas peritos e a segurança ontológica em Giddens (1991) permitiram captar porque a sociedade passa a desestabilizar-se, mas podendo estabilizar-se novamente através da *expertise*. Essas proposições vão ao encontro do que Bauman (2000; 2001) trata como modernidade líquida e a insegurança que impera nela, na sua análise sobre a dicotomia entre liberdade e segurança. Por último, infere-se que os meios de comunicação constituem uma condição *sine qua non* para o enfrentamento do

problema do risco do COVID-19, mas que são ambivalentes, podendo gerar informações capazes de produzir uma proteção para a sociedade civil, ao mesmo tempo em que podem gerar o aumento da taxa de suicídio, devido ao próprio COVID-19 e ao *approach* realizado no noticiário.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BECK, Ulrich. **La Sociedad del Riesgo: Hacia una nueva modernidad**. Barcelona: Piados, 1998a.
- BECK, Ulrich. **Liberdade ou capitalismo**. São Paulo: Unesp, 1998b.
- BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: Por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Unesp, 2004.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Painel Coronavírus**. Brasília, 2020. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>>. Acesso em: ago. 2020.
- BROWN. Mark. B. **Science in Democracy: Expertise, Institutions, and Representation**. Cambridge, Massachusetts. MIT Press, 2009.
- COMUNELLO, Patrícia. 'Lockdown seria desastroso. Fecha tudo', reage presidente do Sindilojas de Porto Alegre. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 19 jul. 2020. Disponível em: <<https://COVID-19.jornaldocomercio.com/ conteudo/economia/2020/07/748376-lockdown-seria-desastroso-fecha-tudo-reage-presidente-do-sindilojas-de-porto-alegre.html>>. Acesso em: ago. 2020.
- DURKHEIM, Emile. **O suicídio**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.
- GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002a.
- GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrole**. Rio de Janeiro e São Paulo: Record, 2002b.
- GREFT, et al. **Suicídio na Pandemia COVID-19**. Saúde Mental e Atenção Psicossocial na Pandemia Covid-19. Ministério da Saúde: Fiocruz, 2020.
- HUBNER, Alysson. **Rede Sociotécnica da Influenza Aviária: O Caso do Brasil**. 2014. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal da Paraíba, João pessoa, 2014.

HUBNER, Alysson. **Risco Global da Gripe Aviária: Uma Análise Sociológica das Medidas Preventivas em Santa Catarina.** 2007. 136f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

JUSTI, Adriana. 'Peguei essa doença fazendo o que amo, cuidando dos meus pacientes com amor e dedicação', disse médico antes de morrer por Covid-19 no Paraná. **G1 PR e EPTV São Paulo**, 10 ago. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pr/norteenoroeste/noticia/2020/08/10/por-amor-a-profissao-ele-perdeu-a-propria-vida-cuidando-de-outras-vidas-diz-colega-de-medico-que-morreu-por-covid-19-no-parana.ghtml>>. Acesso em: ago. 2020.

LATOURE, Bruno. **Reensablar lo Social: Una introducción a la teoria del actor-red.** Buenos Aires: Manantial, 2008.

SOUZA, José Neivaldo de Souza. Covid-19 e capitalismo: uma visão. In: CASTRO, Daniel; DEL SENÓ, Danillo; POCHMANN, Márcio (Orgs.). **Capitalismo e a Covid-19: um debate urgente.** São Paulo: 2020, p. 11-19. Disponível em: <<https://onedrive.live.com/?authkey=%21AJk5SL7EylGDVSM&cid=7C46E1430DE5EC3C&id=7C46E1430DE5EC3C%21270&parId=7C46E1430DE5EC3C%21240&o=OneUp>>. Acesso em: ago. 2020.

TAMNY, John. Abram, e deixem que pessoas livres façam suas escolhas. **Mises Brasil**, São Paulo, 16 jun. 2020. Disponível em: <<https://COVID-19.mises.org.br/article/3257/abram-e-deixem-que-pessoas-livres-facam-suas-escolhas>>. Acesso em: ago. 2020.

*Trabalho recebido em 28 de julho de 2020,
aprovado em 10 de outubro de 2020.